

Políticas Públicas para os Museus no Brasil: Reflexos e Anseios da Museologia Social

Átila B. Tolentino

Universidade Federal da Paraíba

Palavras-chave: Museologia social. Política Nacional de Museus. Museus comunitários

RESUMO

O presente artigo, a partir da análise do processo de concepção e implementação da Política Nacional de Museus, instituída pelo Ministério da Cultura em 2003, visa descrever como o campo da museologia social e dos museus comunitários conseguiu ser incorporado à agenda dessa política pública específica. Para tanto, demonstra como foi fundamental a atuação de determinados atores sociais, sobretudo intelectuais e acadêmicos, detentores de forte poder simbólico no jogo social do processo participativo da construção das bases dessa política e de seus desdobramentos.

Keywords: Social Museology. National Museum Policy. Community Museums

ABSTRACT

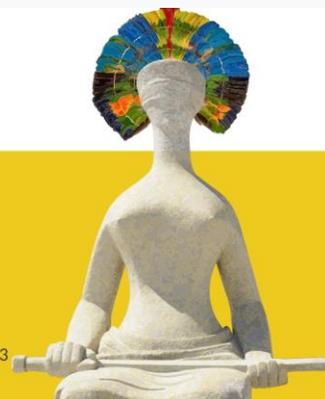
This article, based on the analysis of the process of conception and implementation of the National Museum Policy in Brazil, established by the Ministry of Culture in 2003, aims to describe how the field of social museology and community museums has been incorporated into the agenda of this specific public policy. To this end, it demonstrates how fundamental was the performance of certain social actors, especially intellectuals and academics, holders of strong symbolic power in the social game of the participatory process of building the foundations of this policy and its developments.

4^o SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS: O PROCESSO DE CRIAÇÃO

Era o dia 16 de maio de 2003. No Brasil se comemorava a 1ª Semana Nacional de Museus¹ e, como evento principal, eram lançadas no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, as bases para a Política Nacional de Museus – PNM. Tratava-se dos primeiros meses da gestão do músico Gilberto Gil à frente da pasta do Ministério da Cultura - MinC, que foi fortemente marcada pela participação de representantes dos distintos segmentos culturais nas discussões acerca das concepções e implementação das políticas de cultura. Essa era a tônica que propunha a gestão de Gilberto Gil, levantando a bandeira de que não cabe ao Estado fazer cultura, mas criar condições de acesso aos bens simbólicos e proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais pelos próprios segmentos da população. Usando uma metáfora bastante propagada desde então, era necessário fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país (GIL, 2003).

A participação social de fato foi estimulada por meio da realização de diferentes fóruns de discussão, em diferentes pontos do território nacional, com vistas a se implementar um Plano Nacional de Cultura – PNC e políticas específicas para os distintos segmentos culturais, cujo ponto alto é a realização da Conferência Nacional de Cultura, que, desde 2005, acontecia a cada quatro anos.

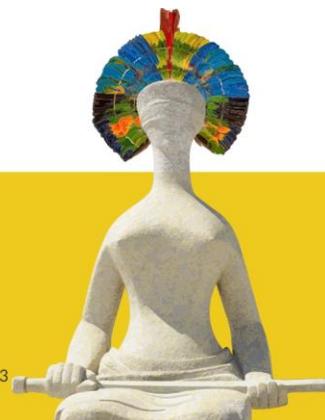
Seguindo essa linha de atuação, a PNM foi a primeira política setorial do MinC lançada na gestão de Gilberto Gil, ainda no âmbito da Coordenação de Museus e Artes Plásticas, vinculada à antiga Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas - SPMAP¹. Essa Coordenação, logo no início do primeiro mandato do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, passou a ser dirigida pelo antropólogo José do Nascimento Junior, que havia comandado, no governo petista de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, o Sistema Estadual de Museus daquele Estado – SEM/RS. No ano de 2004, a estrutura do MinC foi reformulada, quando foram extintas as secretarias finalísticas (entre

4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



elas a SPMAP) e criadas secretarias transversais. Assim, as políticas voltadas para o campo dos museus passaram a integrar as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Dentro do Iphan, foi criado, por meio do Decreto nº 5040/2004, o Departamento de Museus e Centros Culturais – Demu, que ficou a cargo da condução e implementação da PNM.

Antes de sua divulgação pública, a PNM foi precedida por um processo de discussão com diferentes atores ligados ao campo da museologia, cuja metodologia de concepção serviu de parâmetro para a atuação democrática que se buscava no MinC para os outros segmentos culturais. A primeira apresentação pública do texto preliminar das bases para a PNM foi no mês de março de 2003, quando foram realizados fóruns e encontros com secretarias de cultura, ministérios afins à área museológica, universidades, profissionais e personalidades do meio museológico para discutir o tema. Posteriormente, o texto foi disseminado por meio eletrônico para que sugestões e opiniões pudessem ser apresentadas.

Após amplo debate, portanto, o lançamento ocorreu no mês de maio de 2003, na supracitada solenidade, no Museu Histórico Nacional, com a apresentação do caderno *Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania*.

Nesse processo de concepção e também da implementação da PNM, cumpre destacar o papel dos diversos atores sociais, o que configurou a essa política uma experiência de gestão em rede, na perspectiva de Estado-rede, proposta por Manuel Castells (1998). A participação de agentes não governamentais no processo de criação e implementação das políticas públicas é ponto crucial para a formulação e reconhecimento de tais políticas, cujas contribuições são fundamentais para o controle social e a eficácia dos seus resultados. Especificamente sobre os estudos das políticas culturais, Rubim aponta a necessidade de se identificar os distintos atores envolvidos no processo de gestão dessas políticas, tendo em vista que o Estado não é o único ator, onipresente, na sua concepção e implementação, embora não se negue a sua importância:



A delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais é outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais. Hoje, ao lado do tradicional e, por vezes, todo poderoso ator das políticas culturais, o Estado-nação, tem-se um conjunto complexo de atores estatais e particulares possíveis. A recente discussão sobre as políticas públicas, tomadas como não idênticas ou redutíveis às políticas estatais, tem enfatizado que, na atualidade, elas não podem ser pensadas apenas por sua remissão ao Estado. Isto não implica em desconsiderar o papel ocupado pelo Estado na formulação e implementação de tais políticas. Antes significa que, hoje, ele não é único ator e que as políticas públicas de cultura são o resultado da complexa interação entre agências estatais e não-estatais. Mais que isto, o próprio Estado não pode mais ser concebido como um ator monolítico, mas como um denso sistema de múltiplos atores. (RUBIM, 2009, p. 9)

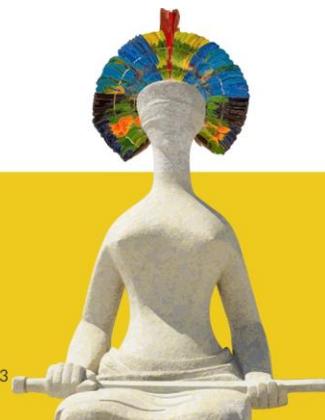
Seria pertinente, portanto, um estudo mais detalhado sobre a participação dos diferentes atores sociais no processo de construção da PNM, pois, uma de suas premissas, como traz o seu próprio texto, é “a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do nosso patrimônio cultural” (BRASIL, 2003, p. 9). Interessa-nos, neste momento, analisar rapidamente a participação de representantes de determinado segmento da comunidade acadêmica do campo da museologia, detentores de forte poder simbólico (BOURDIEU, 2005) no jogo social de construção das políticas, que tiveram uma considerável atuação na concepção da PNM e posteriormente na sua implementação, refletindo, nas pautas e agendas dessa política, as demandas da museologia social.

4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



MUSEOLOGIA SOCIAL: A INFLUÊNCIA DOS ATORES NA CONCEPÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEU

Primeiramente, cabe trazer, a respeito da concepção de museologia social, o que Chagas et al. (2014) refletem sobre a Declaração do Movimento para uma Nova Museologia - Minom Rio 2013, documento resultante da XV Conferência Internacional do Minom, em agosto de 2013, no Rio de Janeiro. Os autores demonstram que essa declaração reforça os pressupostos de empoderamento dos diferentes seres e agentes portadores de memória, indicando a necessidade de “quebrar hierarquias de poder, a fim de que surjam novos protagonistas de suas próprias memórias” (CHAGAS et al, 2014, p. 432). Esse documento reconhece que a “Museologia Social consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu, independente de sua tipologia” (CHAGAS et al, 2014, p. 435) e reflete, ainda, os ideais freirianos, ao defender “a valorização dos estudos das memórias numa perspectiva libertadora e do respeito pela dignidade humana” (CHAGAS et al, 2014, p. 436).

Como já demonstrado anteriormente, o processo de concepção da PNM foi precedido de debates com diversos atores e segmentos da comunidade museológica. Um desses encontros foi realizado durante o mês de março de 2003, na sede do MinC, com a participação de atuantes, profissionais e professores do campo dos museus e da museologia. Entre outros, estiveram presentes as professoras Cristina Bruno (livre docente do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP), Rosana Nascimento (vinculada ao curso de museologia da UFBA) e Maria Célia T. M. Santos (também vinculada ao curso de museologia da UFBA), bem como o professor Mário Chagas (na época museólogo do quadro técnico do Iphan e professor do curso de museologia da Unirio). Ressalte-se que todos eles também atuam como professores do curso pós-graduação em Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – ULHT, de Lisboa, instituição reconhecida por sua pesquisa e produção acadêmica na área¹.



A produção acadêmica e o engajamento desses profissionais com o campo da museologia social foram ponto-chave para que a PNM tivesse em seu texto e em suas ações os reflexos dos anseios desse segmento do campo da museologia. A professora Cristina Bruno, embora não tenha se engajado posteriormente, de forma ativa, no processo de implementação da PNM, chegando até mesmo a criticar e duvidar de sua potencialidade conforme entrevista publicada na edição de nº 21 dos Cadernos do Ceom (BRUNO, 2005), tem uma produção bastante renomada na área da Sociomuseologia. A professora Rosana Nascimento, por sua vez, seguiu atuando fortemente nos processos de discussão e avaliação da PNM, bem como foi professora do Programa de Formação e Capacitação em Museologia da PNM.

As reflexões teóricas desses profissionais podem ser percebidas no teor da escrita das bases da PNM, que orientaram a sua concepção e implementação, onde fica clara a inserção, como tema de uma política pública, uma pauta voltada para os museus comunitários e ecomuseus¹. Entre os princípios da PNM, está o “estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural” (BRASIL, 2003, p. 9), bem como que se deve buscar a “valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local” (BRASIL, 2003, p. 9).

A própria concepção de museu, adotada pelo Demu, também reflete a ampliação da conceituação do que se considera uma instituição museológica, como a descrita nas orientações para o Cadastro Nacional de Museus – CNM. Esse cadastro é um instrumento de gestão implantado, como uma estratégia da PNM, para mapear e conhecer diversidade museológica brasileira, com vistas à produção de informações sobre o campo, de modo a subsidiar pesquisas e a formulação de políticas



públicas para a área. Independente da nomenclatura que leva a instituição (memorial, centro cultural, zoológico, herbário, etc.), o CNM apresenta a seguinte denominação de museu:

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.

Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas. (BRASIL, 2005, p. 5).

O CNM foi implantado a partir de 2004. Atualmente, a definição de museu no país está regulamentada pela Lei nº 11.904/2009, conhecida como Estatuto dos Museus, cuja proposta,



4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3

quando de sua elaboração, foi amplamente debatida no âmbito do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus – SBM. A lei traz a seguinte definição do que se considera museu:

Art. 1º. Consideram-se museus, para efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Essa definição é alargada pelo parágrafo único desse mesmo artigo, de modo que a lei também possa comportar os processos museológicos e outras formas da “museodiversidade” brasileira (CHAGAS, 2009). Esse mesmo parágrafo também explicita a importância da participação das comunidades, constituindo um claro reflexo do pensamento dos atores que participaram dos processos de debate da construção dessa lei:

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Entre os profissionais, merece destacar o papel da professora Maria Celia Santos e do professor Mário Chagas. No citado encontro para discutir a proposta de uma PNM, foi decidido pelos participantes que o eixo prioritário e o primeiro a ser desenvolvido deveria ser o eixo “Formação e capacitação de recursos humanos”. A professora Maria Celia Santos foi eleita para elaborar uma proposta de diretrizes e desenvolvimento desse eixo, a qual foi publicada juntamente com o documento das bases da PNM. No texto apresentado pela professora Maria Célia Santos, estão



4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3

presentes, como orientações a serem seguidas pelo Programa, as reflexões já bastante amadurecidas no campo da museologia social. É ressaltado, no documento, que as ações museológicas não devem ser processadas somente a partir dos objetos e das coleções, mas que se deve ter como referencial o patrimônio global, tornando assim necessária uma ampla revisão dos métodos a serem aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação, nos seus diferentes contextos (BRASIL, 2003, p. 17). E recorrentemente o museu é considerado como um processo, não como um produto pronto, mas historicamente condicionado pelos sujeitos que o constroem e reconstroem, enfatizando-se também sua dimensão política:

O processo museológico deve ser compreendido como projeto, que é construído de forma aberta, tendo como referencial o patrimônio cultural, buscando atingir a missão de formar cidadãos, capazes de se inserir no mundo, como sujeitos históricos, éticos, capazes de optar, de decidir e de romper. Como campo de memória, o Museu pode ser espaço de educação, fórum de ideias e pode desempenhar um papel importante nos processos de inclusão social e de democratização dos bens, da ação e da produção cultural. Portanto, a abordagem sobre as dimensões social e educativa dos museus é conteúdo indispensável na formulação dos programas de capacitação e formação. (BRASIL, 2003, p. 19).

Lá também está explícita a referência aos museus comunitários e sua importância como vetor de uma nova prática museológica:

Por outro lado, a ampliação do conceito de patrimônio está relacionada à criação de novas categorias de museus, como ecomuseu, museu comunitário, museu de vizinhança, etc., que não estão fechados nas paredes de um edifício, mas realizam as ações museológicas em um território, com uma população. Essas novas categorias de



4^o SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3

museus, abertas a uma população e a um território, irão contribuir, também, para que as ações museológicas possam ser processadas fora do espaço restrito do museu, abrindo, assim, amplas possibilidades para a realização de novos processos de musealização. Do ponto de vista metodológico, foi um vetor a incentivar a busca de soluções criativas. (BRASIL, 2003, p. 21).

A professora Maria Célia Santos também foi responsável por colocar em prática um projeto-piloto para o Programa de Formação e Capacitação em Museologia, no estado da Bahia, ainda no ano de 2003. Nesse ano também se deu a realização de um projeto-piloto no estado de Santa Catarina, sob a responsabilidade do Núcleo de Estudos Museológicos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. No ano seguinte, o programa foi ampliado, chegando a atingir quase todos os estados da federação¹.

O programa, além dos fóruns e seminários, oferecia uma quantidade de 14 oficinas específicas, com temas relacionados às práticas e metodologias do campo da museologia, como expografia, gestão e conservação de acervos, segurança em museus, ação educativa em museus, entre outras (TOLENTINO, 2009). Além desses, havia oficinas com temas mais teóricos, como a oficina “Museu, memória e cidadania”, que abordava conteúdos como a dinâmica conceitual de museu, a perspectiva concebida pela PNM, as funções dos museus, políticas culturais no contexto museológico, o papel social dos museus, museus como agentes de desenvolvimento sociocultural, etc. Essa base conceitual comum também era seguida em todas as oficinas ofertadas. Esse programa, desta forma, foi um vetor de disseminação das ideias e da concepção ideológica de museologia - inclusive dos princípios da museologia social - adotada pelo MinC por meio da PNM, em todo o país.

O prof. Mario Chagas, por sua vez, além de amplamente atuante desde o início dos debates para a concepção da PNM, assumiu o cargo de Coordenador Técnico quando da criação do Departamento de Museus e Centros Culturais - Demu no Iphan, em 2004, e de diretor do

4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



Departamento de Processos Museais¹ quando da criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, em 2009. Mário Chagas é autor de uma ampla produção acadêmica no âmbito da museologia e figura atuante no campo da museologia social e em projetos de museus comunitários, como o Museu da Maré, Museu da Favela Pavão-Pavãozinho, entre outros. Sua presença no corpo diretivo do Demu e do Ibram contribuiu, sobremaneira, para a inserção das demandas da museologia social nas agendas políticas do MinC voltadas para o campo dos museus.

Momentos-chave nesse sentido podem ser descritos na trajetória da PNM. Um deles é todo o apoio concedido pelo MinC para a implantação do Museu da Maré¹, instalado no complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, que se tornou um ícone das lutas de resistência dos movimentos de memórias sociais locais. O Museu da Maré foi inaugurado durante as comemorações da Semana Nacional de Museus em 2006, em meio a polêmicas geradas pela mídia que denunciava a glamourização das favelas, mas como uma ação emblemática do MinC em prol dos movimentos sociais. A iniciativa da criação do Museu da Maré surgiu da atuação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Ceasm, uma organização não-governamental fundada em 1997, dirigida por moradores e ex-moradores locais, com a finalidade de superar as condições de pobreza e exclusão existentes na região, apontada como o terceiro bairro de pior Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da cidade. A ideia tomou corpo e, ao longo do processo, contou com o apoio de profissionais da área acadêmica, entre eles, o Prof. Mario Chagas. Posteriormente, obteve o apoio do Demu e da então Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC do MinC. O Museu da Maré foi um dos pontos de cultura selecionados por meio do Programa Cultura Viva¹ da SPPC, que viabilizou recursos financeiros para a sua implantação. Por meio do Demu, além do apoio financeiro, o Ceasm obteve orientação técnica quando da formulação e implementação do projeto museológico e museográfico e na continuidade de suas ações. Esse museu tornou-se referência para a implantação de outros museus em comunidades caracterizadas por diversos problemas sociais.



4^o SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3

O Museu da Maré foi referência também para a concepção do Programa Pontos de Memória, que se configura como um carro-chefe para as políticas voltadas para a museologia social. Esse programa foi inicialmente gestado ainda no âmbito do Demu, com uma clara influência nos pontos de cultura. Sua concepção partiu de reuniões e encontros coordenados pelo Demu com representantes de museus comunitários e movimentos sociais que reivindicavam a preservação e representação de suas memórias. Tomou corpo a partir de uma parceria entre o MinC e o Programa Nacional de Segurança com Cidadania - Pronasci, do Ministério da Justiça, quando foi possível publicar um primeiro edital de apoio a projetos dos Pontos de Memória, em comunidades urbanas com alto índice de vulnerabilidade social. Sua abrangência foi ampliada e assim o Ibram explica esse programa:

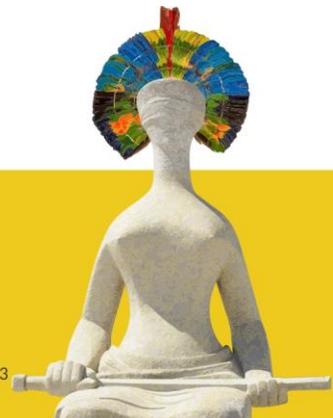
Com o objetivo de atender os diferentes grupos sociais do Brasil que não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas histórias, memórias e patrimônios nos museus, o Ibram, inicialmente em parceria com o Programa Mais Cultura e Cultura Viva, do Ministério da Cultura, Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, e com a Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI, vem apoiando também ações de memória em comunidades populares das cinco regiões do país, por meio do programa Pontos de Memória. Com o intuito de buscar reconhecer iniciativas de práticas museais e de processos dedicados à memória social que se identifiquem com a perspectiva da museologia social, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade, o Ibram lançou, ainda, o Edital Pontos de Memória, voltado para grupos étnico-culturais tais como indígenas, afrodescendentes, ciganos, ribeirinhos, quilombolas, rurais, urbanos, de periferia, cultura litorânea, comunidades brasileiras no exterior, entre outros. (SILVA [et al], 2014, p. 104).

4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



O que nos interessa mostrar com esses exemplos é como essa conjuntura contribuiu para que o campo da museologia social ganhasse corpo nas agendas e políticas públicas para museus dentro do MinC a partir da implantação da PNM. E, para isso, foi fundamental a participação de atores-chave nas discussões dessa política e no corpo funcional do governo federal ligado à cultura. As pautas da museologia social estão inseridas desde a concepção da PNM, como nos desdobramentos posteriores, constantes, por exemplo, do Plano Nacional Setorial Museus - PNSM. Referendado pela Portaria/Ibram nº 205, de 2 de julho de 2014, o PNSM faz parte do Plano Nacional de Cultura e comporta um conjunto de diretrizes, estratégias, ações e metas. Com vigência para os anos de 2010 a 2020, o PNSM é resultado de um processo de discussão com o setor museológico, cabendo ao Ibram a sua implementação, monitoramento e coordenação. Essa proposta de agenda política e de planejamento do setor museológico brasileiro também comporta um eixo setorial específico correspondente aos museus comunitários e ecomuseus (BRASIL, 2010).

O desafio que se coloca, neste momento, é a premência de se reforçar políticas que tenham pautas sociais, ou até mesmo manter as existentes, haja vista a onda avassaladora do conservadorismo e das políticas neoliberais que vêm tomando corpo e se avolumando recentemente no país após a deposição do governo de Dilma Roussef.

O exemplo mais recente nesse sentido é a publicação da Medida Provisória nº 850/2018 que extingue o Ibram e cria a Agência Brasileira de Museus, adotada pelo governo federal, na atual gestão do ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão, dias após o incêndio do Museu Nacional. Aproveitando-se dessa tragédia como uma “janela de oportunidades”, nas palavras do próprio ministro, a MP é uma tentativa clara de privatização dos museus federais, transformando sua gestão para o polêmico modelo de Organizações Sociais, colocando nas mãos do mercado o poder de decisão sobre o gerenciamento desses equipamentos públicos. Muitas foram as notas de repúdio emitidas por diferentes atores e instituições do setor, sobretudo porque a MP transfigura-se de um caráter



autoritário e divergente de todo o processo democrático e de participação social na criação da PNM e do Ibram. Muitas notas, inclusive, ressaltam o avanço e os grandes ganhos da PNM na promoção de programas e políticas voltadas à museologia social e grupos insurgentes - a exemplo da nota da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia - e alertam que a edição da referida MP é um perigo iminente para a continuidade dessas políticas.

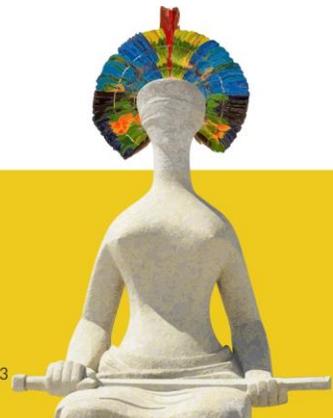
Aliada a esse desafio, a pergunta que está em jogo é como garantir que diferentes atores sociais, inclusive aqueles que lutam pelos direitos e pela memória dos grupos não hegemônicos, tenham vez e voz na agenda das políticas públicas voltadas para o campo dos museus. Os caminhos podem ser variados, mas certamente todos eles passam pela resistência.

4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Bases para a Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania*. Brasília: MinC, 2003.
- _____. *Manual de preenchimento do Cadastro Nacional de Museus*. Brasília: MinC/Iphan/Demu, 2005.
- _____. *Política Nacional Setorial de Museus – 2010/2020*. Brasília: MinC/Ibram, 2010.
- BRUNO, Maria Cristina O. O trabalho com o abandono: entrevista com a museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno. In *Cadernos do Ceom*. Chapecó: Argos, 2005, pp. 303-336.
- CASTELLS, Manuel. *Hacia el estado red? Globalización económica e instituciones políticas en era de la información*. Disponível em www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seges/publicacoes/reforma/seminario/CASTELLS.PDF. Brasília: site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1998. Acesso em 16/04/2015.
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In *Museologia Social. Cadernos do Ceom*. Ano 27, nº 41. Chapecó: Unochapecó, 2014, pp. 9-22.
- CHAGAS, Mario; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. Museologia social em movimento. In *Museologia Social. Cadernos do Ceom*. Ano 27, nº 41. Chapecó: Unochapecó, 2014, pp. 429-436.
- GIL, Gilberto. *Discurso na solenidade de transmissão do cargo*, 2003. Disponível em http://gilbertogil.com.br/sec_texto.php?id=3&page=2. Acesso em 16/08/2018.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. 2009 Disponível em: <<http://politicasculturais.files.wordpress.com/2009/03/politicasculturais-entreo-possivel-e-o-impossivel.pdf>>. Acesso em 16/08/2018.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008.



SILVA, Frederico Barbosa da [et al.], *Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no século XXI*. Brasília: Ibram, 2014.

TOLENTINO, Átila B. Programa de Formação e Capacitação em Museologia: oficina de capacitação para profissionais de museus. In *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, nº 4. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009, pp. 200-205.

_____. Governança em rede: o caso do Sistema Brasileiro de Museus. In RENNÓ, Lucio (Org.). *Coletânea de políticas públicas de cultura: práticas e reflexões*. Brasília: Universidade Católica de Brasília/Ministério da Cultura. 2011. p. 179-225.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. *Maré: casa e museu, lugar de memória*. In *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. p. 153-160.

4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3

